
DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ADEQUAÇÃO DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO nº 788753

A **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.281.106/0001-03, com sede na Rua Mar de Espanha, nº 525, Bairro Santo Antônio, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por sua Diretora Presidente, Marília Carvalho de Melo, e por sua Diretora de Operações, Laura Petri Geraldino, doravante designada **COPASA MG**,

O **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 18.715.383/0001-40, com sede na Avenida Afonso Pena, 1212 - Centro, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Álvaro Damião e seu Secretário Municipal de Governo Guilherme Catunda Daltro, doravante denominado **MUNICÍPIO**,

(**COPASA e MUNICÍPIO**, em conjunto, denominados "**PARTES**"), e

Na qualidade de intervenientes:

O **ESTADO DE MINAS GERAIS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Rodovia Papa João Paulo II, nº 4.001, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.715.615/0001-60, neste ato representado por seu Governador do Estado Mateus Simões de Almeida, doravante denominado simplesmente **ESTADO**,

A **SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL – SUDECAP**, autarquia municipal, pessoa jurídica de direito público interno, integrante da Administração Indireta do Município de Belo Horizonte, com sede na Rua dos Guajajaras, nº 1.107, Bairro Centro, Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 17.098.347/0001-15, neste ato representada por seu Superintendente Maurício Fonseca Brandão, doravante denominada **SUDECAP**, e

A **AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, autarquia especial independente criada pela Lei Estadual 18.309, de 03 de agosto de 2009, inscrita no CNPJ nº 11.099.618/0001-77, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001, Prédio Gerais, Bairro Serra Verde, CEP. 31630-901, neste ato representada por sua Diretora-Geral Laura Mendes Serrano, doravante denominada **ARSAE-MG** ou

AGÊNCIA REGULADORA,**CONSIDERANDO:**

- (i.) A celebração, em 25 de março de 2026, do Décimo Termo Aditivo de Adequação do Convênio de Cooperação nº 788753 (“**10º TA**”);
- (ii.) Que dentre os Anexos do **10º TA**, o “Anexo V - Contrato de Concessão” corresponde ao contrato de concessão e respectivos anexos que regerão a prestação dos **SERVIÇOS** na ocorrência de desestatização da **COPASA MG** (“**CONTRATO DE CONCESSÃO**”); e
- (iii.) A identificação de erros materiais e ajustes de redação no **10º TA** e respectivos anexos, em especial, no Anexo V – **CONTRATO DE CONCESSÃO** e respectivos anexos, que não interferem no quanto pactuado pelas **PARTES** em 25 de março de 2026;

RESOLVEM AS PARTES celebrar o presente **TERMO ADITIVO** ao Convênio de Cooperação para a Prestação Compartilhada de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, celebrado em 13 de novembro de 2002 (“**TERMO ADITIVO**”), nos termos a seguir pactuados.

1. DA ALTERAÇÃO AO TEXTO DO 10º TA

1.1. As cláusulas do **10º TA** abaixo passam a vigor com a seguinte redação:

Cláusula	Redação
<i>Item (iii.) dos considerandos</i>	<i>(iii.) que a COPASA MG presta serviços de água e esgoto de maneira ininterrupta no MUNICÍPIO desde a década de 1970;</i>
<i>3.5, e, (iii)</i>	<i>(iii) Tal valor será empregado pelo PODER CONCEDENTE na prestação dos serviços públicos municipais, nos programas ligados à função de governo “Saneamento - código 17” e no pagamento do serviço da dívida de contratos de financiamento correlatos. Poderá, ainda, ser considerado para fins de reembolso ao MUNICÍPIO pelo financiamento de ações voltadas ao aperfeiçoamento e melhoria da infraestrutura urbana de saneamento, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 11.445/2007, realizadas</i>

	<p><i>desde 2018 ou que venham a ser efetivadas na vigência deste CONVÊNIO, podendo ser aplicado a critério do MUNICÍPIO.</i></p>
5.3	<p><i>5.3. Com vistas a propiciar revisões e aperfeiçoamentos do Planejamento Municipal, a COPASA MG deverá: (i) fornecer ao MUNICÍPIO estudos técnicos relativos aos serviços de saneamento básico; (ii) assessorar, tecnicamente, o MUNICÍPIO no processo de apresentação do resultado do trabalho em audiência pública; (iii) propor, de acordo com diretrizes e orientações do ESTADO, plano regional de saneamento básico para futura adesão do MUNICÍPIO, nos termos do art. 17 da Lei 11.445/2007 e da Lei Estadual n.º 25.668/2025, que instituiu as unidades regionais de saneamento básico (URSBs) do Estado de Minas Gerais, conforme aplicável; e (iv) fornecer dados solicitados pelo MUNICÍPIO relativos aos serviços de saneamento básico prestados nos termos do CONVÊNIO, desde que a COPASA MG já disponha de tais dados para envio à AGÊNCIA REGULADORA ou disponha de tais informações, resguardada a inviabilidade técnica de sua produção.</i></p>
5.3.2 (inclusão)	<p><i>5.3.2. A COPASA MG não poderá se negar a fornecer os dados solicitados pelo MUNICÍPIO imotivadamente.</i></p>
7.1	<p><i>7.1. Constitui condição fundamental do CONVÊNIO a remuneração adequada dos investimentos prudentes ainda não depreciados ou amortizados, a recuperação dos custos não gerenciáveis e dos custos gerenciáveis em regime de eficiência, além de outras despesas inerentes à prestação do serviço, bem como a amortização adequada do capital, o que será assegurado pela AGÊNCIA REGULADORA por meio de TARIFAS fixadas em</i></p>

	<i>observância às disposições do ANEXO IV – ELEMENTOS REGULATÓRIOS, do CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM AGÊNCIA REGULADORA, deste TERMO ADITIVO DE ADEQUAÇÃO, e com respeito ao equilíbrio econômico-financeiro do SISTEMA COPASA MG.</i>
<i>7.1.1 (inclusão)</i>	<p><i>7.1.1. A COPASA MG será remunerada pela RECEITA DE EXPLORAÇÃO, que será composta pelas seguintes parcelas:</i></p> <p><i>7.1.2. a receita tarifária, observado o disposto na Cláusula 7.2, como contrapartida pela prestação dos SERVIÇOS;</i></p> <p><i>7.1.3. a receita proveniente dos SERVIÇOS NÃO TARIFADOS; e</i></p> <p><i>7.1.4. as RECEITAS ADICIONAIS, nos termos autorizados neste TERMO ADITIVO DE ADEQUAÇÃO.</i></p>
<i>7.2.</i>	<p><i>7.2. Os USUÁRIOS, como contrapartida da prestação dos SERVIÇOS, efetuarão o pagamento das TARIFAS DE APLICAÇÃO, calculadas a partir das TARIFAS DE EQUILÍBRIO, conforme disposto neste TERMO ADITIVO DE ADEQUAÇÃO.</i></p> <p><i>7.2.1. As TARIFAS DE EQUILÍBRIO e TARIFAS DE APLICAÇÃO praticadas desde o início da vigência deste TERMO ADITIVO DE ADEQUAÇÃO e durante o primeiro CICLO TARIFÁRIO são as definidas na 3ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA - RTP implementada por meio da Resolução ARSAE nº 217/2025 da AGÊNCIA REGULADORA.</i></p> <p><i>7.2.2. As tarifas serão devidamente reajustadas no ciclo da 3ª RTP (2026 - 2029), no que couber, conforme metodologia definida nos documentos estabelecidos pela AGÊNCIA REGULADORA no processo da referida revisão.</i></p> <p><i>7.2.3. A partir da 4ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA –</i></p>

RTP as tarifas serão definidas e reajustadas conforme metodologia estabelecida no ANEXO IV – ELEMENTOS REGULATÓRIOS e no ANEXO IV – MODELO REGULATÓRIO do ANEXO V quando aplicável.

7.2.4. Caberá à ARSAE-MG definir o valor das TARIFAS e homologar a tabela de SERVIÇOS NÃO TARIFADOS proposta pela COPASA MG.

7.2.5. A COPASA MG poderá propor à ARSAE-MG a criação de tarifas diferenciadas entre USUÁRIOS a partir de critérios objetivos e isonômicos.

7.2.6. Para grandes consumidores das categorias de uso industrial e/ou comercial, poderão ser estabelecidos contratos especiais com tarifas diferenciadas por conta e risco da COPASA MG.

7.2.7. Os contratos especiais com tarifas diferenciadas para categorias de uso industrial e comercial deverão ser submetidos à AGÊNCIA REGULADORA para ciência.

7.2.8. A COPASA MG deverá incluir na conta de consumo dos USUÁRIOS, caso assim seja demandado pelo MUNICÍPIO, valores relacionados a outros serviços de saneamento básico prestados por terceiros aos USUÁRIOS, mediante ressarcimento dos custos adicionais que venham a ser eventualmente incorridos pela COPASA MG em razão dessa inclusão em valor a ser pactuado com o MUNICÍPIO.

7.2.9. A COPASA MG fica desde já autorizada a auferir RECEITAS ADICIONAIS, por meio da exploração de fontes de receitas alternativas, acessórias ou de projetos associados ao CONVÊNIO, por meio das seguintes atividades: (i) tratamento de efluentes provenientes de caminhões-tanques (chorume de aterros, fossas etc.); (ii) publicidade via faturas de água e esgoto, inclusive por meio do envio de encartes junto às faturas de água e

esgoto; (iii) participação e/ou desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica e de promoção de eficiência de consumo; (iv) venda de água de reuso; (v) venda de lodo, proveniente dos processos de tratamento; (vi) produção de fertilizantes; (vii) venda de biogás; (viii) venda de créditos de carbono; (ix) exploração de redes de fibra óptica; (x) exploração de royalties e propriedade intelectual da COPASA MG; e (xi) outras atividades, mediante comunicação à AGÊNCIA REGULADORA.

7.2.9.1. Não será permitida a exploração, pela COPASA MG, de atividades ou a veiculação de publicidade: (i) que infrinjam a legislação e regulamentação em vigor; (ii) de cunho religioso ou político-partidário; (iii) que possam prejudicar o desenvolvimento operacional e os aspectos comerciais do SISTEMA; e/ou (iv) que possam prejudicar a execução do CONVÊNIO.

7.2.10. A exploração, pela COPASA MG, de fontes de receitas alternativas, acessórias ou de projetos associados à CONCESSÃO não poderá comprometer os padrões de qualidade dos SERVIÇOS, conforme previsto neste CONVÊNIO e em seus respectivos ANEXOS, bem como na legislação e na regulamentação aplicáveis

7.2.10.1. O prazo de todos os contratos de exploração comercial celebrados pela COPASA MG para fins de obtenção de RECEITAS ADICIONAIS não poderá ultrapassar o prazo do CONVÊNIO.

7.2.11. O cálculo tarifário relacionado ao compartilhamento das receitas auferidas quanto aos SERVIÇOS NÃO TARIFADOS E RECEITAS ADICIONAIS são definidos no ANEXO IV – MODELO REGULATÓRIO do ANEXO V.

7.2.12. A COPASA MG poderá cobrar dos USUÁRIOS os seguintes valores:

7.2.12.1. os custos incorridos pela COPASA MG com a realização da ligação intradomiciliar ao SISTEMA;

7.2.12.2. as TARIFAS de disponibilidade em relação aos USUÁRIOS que se recusarem a realizar a sua ligação intradomiciliar ao SISTEMA, as quais serão devidas em caso de existência de rede coletora de esgotos e/ou de fornecimento de água, instalada e apta a realizar a prestação dos SERVIÇOS pela COPASA MG;

7.2.12.3. as penalidades cabíveis e passíveis de aplicação pela própria COPASA MG aos USUÁRIOS que se recusarem a realizar a sua ligação intradomiciliar ao SISTEMA, nos termos deste CONVÊNIO e do art. 45, § 4º-A, da Lei Federal nº 11.445/2007; e

7.2.13. Além do faturamento e da cobrança relativos a todos os SERVIÇOS, a gestão comercial compreenderá, dentre outras atividades pertinentes e correlatas:

7.2.13.1. a manutenção e a atualização do conjunto de dados comerciais;

7.2.13.2. a gestão do cadastro dos USUÁRIOS, inclusive para identificação daqueles que fazem jus ao benefício de TARIFA SOCIAL, nos termos deste CONVÊNIO e da legislação vigente;

7.2.13.3. a manutenção e a operação das estruturas de atendimento aos USUÁRIOS, em conformidade com a regulamentação da AGÊNCIA REGULADORA;

7.2.13.4. a medição do consumo de água dos USUÁRIOS, bem como o cálculo dos valores devidos e respectivo faturamento;

7.2.13.5. a arrecadação dos valores referentes aos SERVIÇOS e aos SERVIÇOS NÃO TARIFADOS;

7.2.13.6. a promoção de meios para a recuperação de crédito, incluindo ações judiciais, e outras medidas

	<p><i>cabíveis, para a redução de inadimplência, incluindo a cobrança dos USUÁRIOS e aplicação de multas a partir do início da OPERAÇÃO DO SISTEMA; e</i></p> <p><i>7.2.13.7. a instalação e a manutenção de medidores.</i></p> <p><i>7.2.14. A COPASA MG poderá, a seu critério, contratar outras empresas para funcionar como agentes arrecadadores das TARIFAS ou realizar investimentos para que a arrecadação das TARIFAS se realize remotamente, vedado o repasse dos respectivos custos aos USUÁRIOS.</i></p> <p><i>7.2.15.. No âmbito da GESTÃO COMERCIAL, a COPASA MG desenvolverá políticas para a recuperação de crédito e redução de inadimplência, inclusive por meio de acordos, sendo que, sem prejuízo de outras atividades, caberá à COPASA MG suspender o fornecimento dos SERVIÇOS em caso de inadimplência do USUÁRIO, observada a legislação aplicável, especialmente a Lei Federal n.º 11.445/2007.</i></p> <p><i>7.2.16. A falta de pagamento dos valores devidos pelos USUÁRIOS à COPASA MG, na data de seu vencimento, acarretará a incidência de encargos de mora e demais sanções cabíveis, nos termos do art. 6º, §§ 3º e 4º, da Lei Federal n.º 8.987/1995 e do art. 40 da Lei Federal n.º 11.445/2007, observadas as disposições do presente CONVÊNIO e de seus ANEXOS, receitas que não farão parte do cálculo das TARIFAS.</i></p>
7.3.6	<p><i>7.3.6. A apuração de Custos Eficientes e Investimentos Prudentes no âmbito dos ciclos tarifários deverá ser realizada com base no desempenho histórico da COPASA MG, considerando suas especificidades tecnológicas, operacionais, territoriais e de sua legislação ambiental, conforme metodologia prevista no ANEXO IV – ELEMENTOS REGULATÓRIOS.</i></p>

8.2.1	8.2.1. assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO através da fixação das <i>TARIFAS DE EQUILÍBRIO</i> e <i>SERVIÇOS NÃO TARIFADOS</i> para o subsequente <i>CICLO TARIFÁRIO</i> , conforme as premissas, metodologia de cálculo e demais regras previstas no <i>ANEXO IV – ELEMENTOS REGULATÓRIOS</i> e no <i>ANEXO IV – MODELO REGULATÓRIO</i> do <i>ANEXO V</i> quando aplicável;
8.2.2	8.2.2. assegurar a modicidade tarifária por meio (i) da distribuição dos ganhos de produtividade mediante a definição do <i>FATOR X</i> , e (ii) do compartilhamento dos resultados obtidos com as <i>RECEITAS ADICIONAIS E SERVIÇOS NÃO TARIFADOS</i> . conforme as premissas, metodologia de cálculo e demais regras previstas no <i>ANEXO IV –MODELO REGULATÓRIO</i> .;
8.2.3	8.2.3. incluir, alterar ou excluir disposições do <i>CONVÊNIO</i> , para, sempre mediante a manutenção do equilíbrio econômico financeiro, ainda que por meio de recomposição posterior à adoção de norma regulatória superveniente, promover alterações unilaterais a cláusulas regulamentares deste <i>TERMO</i> e/ou do <i>CONVÊNIO</i> determinadas pelo <i>MUNICÍPIO</i> , promover alterações decorrentes da mudança de <i>PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO</i> ou para incorporar disposições previstas em normas regulamentares da <i>AGÊNCIA REGULADORA</i> ou em normas de referência da <i>ANA</i> , no que couber.
9.5	9.5. A <i>COPASA MG</i> realizará a cobrança de <i>TARIFAS</i> pela disponibilização e manutenção de infraestrutura de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, independentemente da conexão da respectiva edificação à rede pública, conforme previsão do art. 45 da Lei 11.445/2007, ressalvada a hipótese de eventual inviabilidade técnica de atendimento.

9.6 (exclusão)	
11.1.2	<p><i>11.1.2.Caso a ARSAE-MG não observe às normas de referência da ANA ou não realize uma fiscalização adequada do contrato e dos serviços prestados pela COPASA MG, deixando de exercer a contento as funções regulatórias a ela delegadas, o MUNICÍPIO poderá, mediante prévia notificação, rescindir o Convênio de Delegação e delegar a outra entidade apta ao exercício da função regulatória, conforme legislação aplicável.</i></p> <p><i>11.1.2.1 Na hipótese da cláusula acima, havendo a rescisão do Convênio de Delegação com a ARSAE-MG por iniciativa do MUNICÍPIO, a escolha de outra entidade reguladora será devidamente justificada e precedida de anuência da COPASA MG.</i></p>
11.2.3.(exclusão)	
11.3(exclusão)	
11.4(exclusão)	
17.2.3.	<p><i>17.2.3. Garantir o amplo acesso e a publicidade do PMSB, estabelecendo o MUNICÍPIO a observância estrita desses parâmetros pela COPASA MG.</i></p>
17.3.4.	<p><i>17.3.4. Cumprir o Plano de Ação para o Sistema de Esgotamento Sanitário Bacia da Lagoa da Pampulha homologado nos autos da ação civil pública 1066131-83.2021.4.01.3800, assegurando o tratamento do esgoto da região da Pampulha pela Estação de Tratamento de Esgoto do Ribeirão da Onça - ETE Onça.</i></p>
17.3.5	<p><i>17.3.5. elaborar Planos de Ação análogos ao Plano de Ação para o Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia da Lagoa da Pampulha para as bacias hidrográficas do Ribeirão Arrudas, Ribeirão da Onça e Rio das Velhas,</i></p>

	<p><i>devendo apresentar cronogramas de elaboração e implantação.</i></p> <p><i>17.3.5.1 O prazo máximo para elaboração dos Planos de Ação é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de assinatura do TERMO ADITIVO DE ADEQUAÇÃO.</i></p> <p><i>17.3.5.2 Os Planos de Ação deverão ser aprovados pelo MUNICÍPIO.</i></p>
17.3.11.1	<p><i>A COPASA MG deverá disponibilizar ao MUNICÍPIO o cadastro georreferenciado de todas as unidades dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data de eficácia deste TERMO ADITIVO DE ADEQUAÇÃO, exceto em relação ao cadastro das ligações, que será disponibilizado até o fim do ano de 2027. Os referidos cadastros serão mantidos atualizados pela COPASA MG e serão disponibilizados anualmente.</i></p>
17.3.15	<p><i>17.3.15. Transferir ao MUNICÍPIO, a título de comodato, o imóvel sito à Rua Niquelina, nº 1.222 - Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG, 30270-050, com área total de 3.309,50 m², sendo Lote nº 01 com 500 m² (Matrícula 41307), Lote nº 02 com 833 m² (Matrícula 33609), Lote nº 03 com 405 m² (Matrícula 33610), Lote 04 com 345 m² (Matrícula 33611), Lote 09A com 300 m² (Matrícula 49678), Lote nº 011A com 314,5 m² (Matrícula 49679), Lote nº 12A com 306 m² (Matrícula 49680) e Lote nº 13A com 306 m² (Matrícula 49681), todos da quadra nº 60-A da ex-Colônia Bias Fortes, livre e desembaraçado de quaisquer ônus, gravames, dívidas ou restrições de qualquer natureza, exceto pelo direito de acesso da COPASA MG para fins de operação e manutenção das redes ali implantadas necessárias à prestação dos SERVIÇOS objeto deste CONVÊNIO.</i></p>

17.3.15.2 (inclusão)	<i>17.3.15.2. O comodato ora pactuado é realizado em caráter irrevogável e irretratável, não sendo passível de qualquer compensação, indenização ou reequilíbrio econômico-financeiro em favor da COPASA MG. A COPASA MG continuará responsável por contingências relacionadas a fatos anteriores à formalização do comodato</i>
17.3.20 (inclusão)	<i>17.3.20 A COPASA MG enviará ao MUNICÍPIO, com 5 (cinco) dias corridos de antecedência de sua execução, as Ordens de Serviço relativas às intervenções programadas previstas no plano de investimentos anual e as manutenções programadas para que o MUNICÍPIO as insira no Sistema de Cadastro Territorial Multifinalitário (SisCTM/BHMap). Para fins de clareza, essa obrigação não se aplica às manutenções emergenciais e urgentes.</i>
ANEXO I – DEFINIÇÕES (inclusão de item)	<i>DRENURBS: O Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte. Dividido entre Programa DRENURBS I, tendo este iniciado em 2004 implementou ações para o melhoramento ambiental, priorizando a recuperação e conservação de cursos d'água, ainda em leito natural e ações em saneamento ambiental e Programa DRENURBS II, tendo este iniciado em 2025 propõe intervenções na bacia hidrográfica do Ribeirão Isidoro, nas sub-bacias do Córrego Olhos d'Água e do Córrego Bonsucesso (Parque Bonsucesso) visando a universalização dos serviços de saneamento integrado.</i>
ANEXO I – DEFINIÇÕES (inclusão de item)	<i>PMSB: Plano Municipal de Saneamento de Belo Horizonte, que se constitui em um dos instrumentos do Sistema Municipal de Saneamento e foi institucionalizado quando da sanção da Lei 8.260 de 03 de dezembro de 2001, que instituiu a Política Municipal de Saneamento, conforme atualizado.</i>

ANEXO I – DEFINIÇÕES (inclusão de item)	RECEITA ADICIONAL: Receita obtida por meio da exploração de fontes de receitas alternativas, acessórias ou de projetos associados à prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, usualmente sem a regulação de preços da entidade reguladora infranacional.
ANEXO I – DEFINIÇÕES (inclusão de item)	RECEITA COMPLEMENTAR: Receitas obtidas pela prestação de SERVIÇOS COMPLEMENTARES aos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário e sob a regulação de preços da entidade reguladora infranacional, bem como multas impostas aos usuários, conforme determinado em contrato ou regulamento.
	SOLUÇÃO ALTERNATIVA: método de abastecimento de água ou esgotamento sanitário, individual ou coletivo, considerado adequado, conforme regulamento da entidade reguladora infranacional em locais sem disponibilidade de rede pública.
ANEXO I – DEFINIÇÕES (alteração de item)	SERVIÇOS NÃO TARIFADOS ou SERVIÇOS COMPLEMENTARES: serviços auxiliares ou complementares aos serviços principais de abastecimento de água e esgotamento sanitário que estão sob regulação de preços da AGÊNCIA REGULADORA.
ANEXO II (Indicador de Conformidade na Execução da Reposição de Pavimento)	Indicador a ser calculado a partir da definição de uma metodologia. Somente após o primeiro cálculo será possível estabelecer metas.
ANEXO II	(4) Para os indicadores ICE, IAE, ICA e IAA, não serão consideradas nas metas definidas as áreas ainda não reconhecidas pelo MUNICÍPIO.

2. DAS ALTERAÇÕES AO ANEXO V – CONTRATO DE CONCESSÃO

2.1. As cláusulas do **ANEXO V – CONTRATO DE CONCESSÃO** passam a vigor com a seguinte redação:

Cláusula	Redação
9.3.1	<i>Para fins de clareza, bens de propriedade de terceiros ou utilizados para atendimento de outros Municípios, inclusive compartilhados, não serão considerados BENS REVERSÍVEIS para fins deste CONTRATO, sendo objeto de indenização ao PODER CONCEDENTE na forma da regulamentação aplicável.</i>
14.3	<i>14.3 Caso sobrevenham normas regulamentares editadas pela AGÊNCIA REGULADORA ou normas de referência editadas pela ANA, a sua incorporação pela AGÊNCIA REGULADORA e aplicação no âmbito deste CONTRATO deverá resguardar o equilíbrio econômico-financeiro do SISTEMA COPASA MG, ainda que por meio de recomposição posterior à adoção de norma regulatória superveniente.</i>
15.1.1	<i>15.1.1. cobrar as TARIFAS nos termos deste CONTRATO, inclusive pela disponibilização aos USUÁRIOS das redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, independentemente da sua efetiva ligação a essas redes, nos termos do art. 45, caput e §4º, da Lei Federal n.º 11.445/2007, desde que essa conexão seja possível por gravidade e ressalvada a hipótese de eventual inviabilidade técnica de atendimento;</i>
15.2.3.5.3	<i>15.2.3.5.3 Tal valor será empregado pelo PODER CONCEDENTE na prestação dos serviços públicos municipais, nos programas ligados à função de governo “Saneamento - código 17” e no pagamento do serviço da dívida de contratos de financiamento correlatos. Poderá, ainda, ser considerado para fins de reembolso ao MUNICÍPIO pelo financiamento de ações voltadas ao aperfeiçoamento e melhoria da infraestrutura urbana de saneamento, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 11.445/2007, realizadas desde 2018 ou que venham a ser efetivadas na vigência deste</i>

	<i>CONVÊNIO, podendo ser aplicado a critério do MUNICÍPIO.</i>
15.2.4	<i>15.2.4. A COPASA MG obriga-se a transferir ao PODER CONCEDENTE, a título de comodato, o imóvel sito à Rua Niquelina, nº 1.222 - Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG, 30270-050, com área total de 3.309,50 m², sendo Lote nº 01 com 500 m² (Matrícula 41307), Lote nº 02 com 833 m² (Matrícula 33609), Lote nº 03 com 405 m² (Matrícula 33610), Lote 04 com 345 m² (Matrícula 33611), Lote 09A com 300 m² (Matrícula 49678), Lote nº 011A com 314,5 m² (Matrícula 49679), Lote nº 12A com 306 m² (Matrícula 49680) e Lote nº 13A com 306 m² (Matrícula 49681), todos da quadra nº 60-A da ex-Colônia Bias Fortes, livre e desembaraçado de quaisquer ônus, gravames, dívidas ou restrições de qualquer natureza, exceto pelo direito de acesso da COPASA MG para fins de operação e manutenção das redes ali implantadas necessárias à prestação dos SERVIÇOS objeto deste CONTRATO.</i>
15.2.6	<i>15.2.6. cumprir o Plano de Ação para o Sistema de Esgotamento Sanitário Bacia da Lagoa da Pampulha homologado nos autos da ação civil pública 1066131-83.2021.4.01.3800, assegurando o tratamento do esgoto da região da Pampulha pela Estação de Tratamento de Esgoto do Ribeirão da Onça – ETE Onça;</i>
15.2.11.1	<i>A COPASA MG deverá disponibilizar ao PODER CONCEDENTE o cadastro georreferenciado das redes, ligações e todas as unidades dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias contado da data de eficácia deste CONTRATO, exceto em relação ao cadastro das ligações, que será disponibilizado até o final do ano de 2027. Os referidos cadastros serão mantidos atualizados pela COPASA MG e serão disponibilizados anualmente.</i>
15.2.15 (exclusão)	
15.2.16	<i>15.2.15 fornecer à AGÊNCIA REGULADORA, ao PODER CONCEDENTE e ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, quando solicitada, toda e qualquer informação disponível relativa aos SERVIÇOS e à</i>

	<p><i>CONCESSÃO, bem como a qualquer modificação ou interferência causada por si ou por terceiros na execução deste CONTRATO, sem prejuízo da obrigação prevista na Cláusula 15.2.9;</i></p>
<p><i>17.14 (inclusão)</i></p>	<p><i>17.14 As PARTES acordam, como parâmetros e premissas cogentes ao exercício da regulação econômica do CONVÊNIO que deverão ser observados durante todo o prazo de sua vigência, inclusive pela AGÊNCIA REGULADORA, o seguinte</i></p> <p><i>17.14.1 A Taxa de Remuneração Regulatória (“TRR”) será a taxa real de remuneração de capital regulatória antes da incidência de impostos, calculada com base na metodologia do custo médio ponderado de capital e nas alíquotas vigentes de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ou tributação equivalente que vier a substituir esses impostos e contribuições (para fins de clareza, eventuais desequilíbrios econômico-financeiros decorrentes dos impactos da Reforma Tributária aprovada pela Emenda Constitucional nº 132 deverão ser objeto de reequilíbrio, nos termos do ANEXO III – MATRIZ DE RISCOS).</i></p> <p><i>17.14.2 A Base de Remuneração Regulatória (“BRR”), que, por meio da arrecadação tarifária deverá ser recuperada e remunerada pela TRR, deve: (i) incluir investimentos prudentes ainda não depreciados ou amortizados e o valor pago ao Município como contrapartida à sua contribuição para a sustentabilidade e para a modicidade tarifária do SISTEMA COPASA MG; e (ii) contemplar a Base de Ativos Blindada (“BAB”), correspondente ao conjunto de ativos reconhecidos pela AGÊNCIA REGULADORA até a data-base da revisão tarifária imediatamente anterior, bem como a Base Incremental (“BI”), composta pelos novos investimentos prudentes realizados durante o ciclo tarifário e incorporada cumulativamente à BAB para revisões tarifárias subsequentes.</i></p> <p><i>17.14.2.1 Para todos os fins deste CONTRATO e de todos os demais contratos pertinentes ao SISTEMA COPASA MG, a BAB INICIAL aplicável é a BAR utilizada na 3ª REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, divulgada</i></p>

conjuntamente à Resolução da ARSAE nº 217/2025, lastreada no BANCO PATRIMONIAL utilizado para apuração.

17.14.3 O valor atribuído à BRR a cada ciclo de revisão tarifária, constituído pela BAB então em vigor, acrescida da BI reconhecida pela AGÊNCIA REGULADORA, será estabilizado e considerado definitivo para as revisões tarifárias subsequentes, sujeito apenas à dedução da depreciação acumulada no período, das baixas, do ajuste do ÍNDICE DE APROVEITAMENTO, das reclassificações de elegibilidade e da incorporação da BASE INCREMENTAL, não se admitindo sua reabertura, reavaliação ou revisão, ressalvadas apenas as hipóteses de ato doloso ou fraude que tenha resultado em reconhecimento indevido de ativos, devidamente comprovados em procedimento administrativo específico instaurado pela AGÊNCIA REGULADORA, com observância do contraditório e da ampla defesa.

17.14.4 A BI deverá ser revista anualmente, de modo a refletir os novos investimentos prudentes realizados no período. O valor atualizado da BI integrará a BRR e servirá de referência para o cálculo das parcelas de remuneração e amortização, devendo seus efeitos ser refletidos anualmente na tarifa, na mesma data-base do Reajuste Tarifário Anual.

17.14.5 A tarifa deverá, em regra, ser única dentro do SISTEMA COPASA MG e suficiente para cobrir os custos da prestação do serviço, considerando Custos Eficientes e um retorno adequado para o capital investido de modo prudente, o custo operacional regulatório e outras despesas operacionais, incluindo, mas não se limitando, a despesas com contraprestação de Contratos de Parcerias Público-Privadas e Locação de Ativos, repasses e antecipações a fundos municipais (incluindo FMS e Programa DRENURBS), outros repasses previstos neste CONTRATO, pagamento de taxa pelo uso de recursos hídricos, repasse ao programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI); pagamento de seguros e garantias, programas de proteção aos mananciais, além de outros itens que, em acréscimo a estes, poderão ser considerados pela AGÊNCIA REGULADORA no cálculo da tarifa como sendo despesas não gerenciáveis.

17.14.6 A apuração de Custos Eficientes e Investimentos Prudentes no

	<i>âmbito dos ciclos tarifários deverá ser realizada com base no desempenho histórico da COPASA MG, considerando suas especificidades tecnológicas, operacionais, territoriais e de sua legislação ambiental, conforme metodologia prevista no ANEXO IV – ELEMENTOS REGULATÓRIOS.</i>
22.2.3.1	<i>22.2.3.1 A incorporação de normas de referência da ANA ocorrerá mediante adoção prévia da norma pela AGÊNCIA REGULADORA, resguardado o equilíbrio econômico-financeiro do SISTEMA COPASA MG, nos termos da Cláusula 14.3.</i>
24.8	<i>24.8. A apuração de Custos Eficientes e Investimentos Prudentes no âmbito dos ciclos tarifários deverá ser realizada com base no desempenho histórico da COPASA MG, considerando suas especificidades tecnológicas, operacionais, territoriais e de sua legislação ambiental, conforme metodologia prevista no ANEXO IV – MODELO REGULATÓRIO.</i>
37.2	<i>37.2. Na hipótese de extinção da CONCESSÃO por advento do termo contratual, a AGÊNCIA REGULADORA promoverá vistoria para verificação do estado dos BENS REVERSÍVEIS com 15 (quinze) meses de antecedência em relação ao fim do prazo de vigência da CONCESSÃO, com o objetivo de verificar o cumprimento do disposto nesta Cláusula.</i>
37.2.4	<i>37.2.4. Na hipótese de omissão por parte da AGÊNCIA REGULADORA em relação à realização da vistoria referida nas Cláusulas 37.2 e 37.2.1 ou à emissão do TERMO DE REVERSÃO DO SISTEMA, citado na Cláusula 37.2.3, caberá à COPASA MG notificar diretamente o PODER CONCEDENTE para realização da vistoria, que deverá efetuarla em até 150 (cento e cinquenta) dias corridos contados do recebimento da notificação enviada pela COPASA MG.</i>
ANEXO II (Indicador	<i>Indicador a ser calculado a partir da definição de uma metodologia.</i>

de Conformidade na Execução da Reposição de Pavimento)	<i>Somente após o primeiro cálculo será possível estabelecer metas.</i>
ANEXO II	<i>(4) Para os indicadores ICE, IAE, ICA e IAA, não serão consideradas nas metas definidas as áreas ainda não reconhecidas pelo MUNICÍPIO.</i>

3. DAS ALTERAÇÕES AO ANEXO IV – MODELO REGULATÓRIO DO ANEXO V – CONTRATO DE CONCESSÃO

3.1. A fórmula constante do item 4.3 passará a vigor com a seguinte redação:

$$IRT_{reajuste} = (1 + (P1 * INPC + P2 * IEE + P3 * IPCA)) * (1 - FatorX_{anual} * PesoOPEX_t) * (1 + FI) * (1 + FBA) - 1$$

Em que: (...)

RECEITA TARIFÁRIA BASE_{t-1}: Receita Tarifária base verificada no período anterior (mercado de referência do período de referência (PR0) faturado com as tarifas base vigentes em cada um dos meses).

3.2. A fórmula do item 4.7 passará a vigor com a seguinte redação:

$$Tarifa Aplicação_t = (ETM_{reajuste} + 1) * Tarifa base_{t-1}$$

3.3. A fórmula do item 4.8 passará a vigor com a seguinte redação:

$$ETM_{reajuste} = \left(IRT_{reajuste} + \left(\frac{Componentes Financeiros}{Receita tarifária base_{t-1}} \right) \right)$$

Em que: (...)

RECEITA TARIFÁRIA BASE_{t-1}: Receita Tarifária base verificada no período anterior (mercado de referência do período de referência (PR0) faturado com as tarifas base vigentes em cada um dos meses).

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. As disposições deste **TERMO ADITIVO** sobrepõem-se a quaisquer previsões anteriores constantes do **CONVÊNIO** ou **CONTRATO DE CONCESSÃO** que lhes sejam contrárias ou conflitantes, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do **CONVÊNIO** e do **CONTRATO DE CONCESSÃO** e dos seus respectivos anexos.

4.2. Em razão do disposto no presente **TERMO ADITIVO**, resolvem as **PARTES** consolidar o **TERMO ADITIVO DE ADEQUAÇÃO**, que passa a ter a redação anexa.

Estando justas e contratadas, as **PARTES** concordam em assinar o presente **TERMO ADITIVO**, por meio de plataformas de assinatura digital qualificada (ICP-Brasil) ou Gov.br, admitindo expressamente tal meio como válido, nos termos do permissivo contido no § 2º do artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Belo Horizonte,

ÁLVARO DAMIÃO

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

GUILHERME CATUNDA DALTRO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

MARÍLIA CARVALHO DE MELO

DIRETORA – PRESIDENTE DA COPASA

LAURA PETRI GERALDINO

DIRETORA DE OPERAÇÕES DA COPASA

INTERVENIENTES:

MATEUS SIMÕES DE ALMEIDA
GOVERNADOR DO ESTADO
ESTADO DE MINAS GERAIS

MAURÍCIO FONSECA BRANDÃO
SUPERINTENDENTE DA SUDECAP

LAURA MENDES SERRANO
DIRETORA-GERAL
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO E ENERGIA DO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: